

# Polêmica e o *ethos* do administrador público

João Pinheiro de Barros Neto

## Introdução

Nas últimas décadas, no Brasil, quer se credite o motivo à operação Lava-jato<sup>1</sup>, às mídias sociais ou mesmo a uma maior participação e cobrança da sociedade sobre os políticos que elege, o fato é que nosso País testemunhou um boom de escândalos de corrupção.

A corrupção, no entanto, não é um fenômeno recente, nem exclusividade brasileira, mas a sociedade, que vivia conformada com a corrupção endêmica no país do “rouba, mas faz”, e estava crente na impunidade dos corruptos, amadureceu, assim como as Instituições nacionais, o que levou a um recrudescimento das denúncias de corrupção com a consequente apuração e punição dos culpados<sup>2</sup>, ainda que para alguns, as sanções ainda sejam muito leves.

O fato é que a aversão à corrupção parece ter se disseminado em todos os níveis da sociedade que parece querer se dissociar do jeitinho brasileiro ou da famosa lei de Gerson de levar vantagem em tudo com a população, de forma geral, exigindo, cobrando e indo às ruas para exigir que seus

---

1 Netto, 2016.

2 Livianu, 2014.

governantes não roubem e façam e que conduzam os negócios públicos pautados por princípios éticos.

Os eleitores estão se acostumando a cobrar resultados de seus políticos e querem que os gestores públicos sejam eficientes oferecendo e garantindo saúde, educação, segurança e qualidade de vida.

De fato, existe um clamor geral que o Estado não tem satisfeito as necessidades da população e, diante desse cenário, os governos tomam medidas polêmicas, as quais não são exclusividade de uma única gestão e podemos citar, por exemplo: programa Mais Médicos, privatizações, contingenciamentos orçamentários, reforma da previdência, demissão de servidores públicos, aumento ou diminuição do Estado na economia, dentre outras, que acabam sendo criticadas ou defendidas por grandes segmentos da população que se colocam em lados opostos quanto ao acerto e legitimidade das ações adotadas.

A partir desse contexto, pode-se afirmar que o gestor público se encontra sempre na arena das polêmicas públicas<sup>3</sup> e diante da necessidade de construir e sustentar um *ethos* de bom caráter que se identifique com as expectativas da sociedade.

O quadro se agrava porque, no Brasil, há diversas situações gritantes de deficiências na infraestrutura, burocracia excessiva no atendimento ao cidadão, servidores mal qualificados ou desmotivados, má gestão, inércia política, falta de recursos para investimentos.

Tudo isso só contribui para o surgimento de polêmicas derivadas das ações dos gestores públicos que tentam ao mesmo tempo resolver os problemas e reafirmar um *ethos* que seja capaz de os legitimar a permanecer no poder.

Em face do exposto, neste capítulo, propõe-se uma breve recuperação histórica do desenvolvimento da retórica até a inclusão da polêmica como objeto de análise e a utilização de uma polêmica real e atual, para aplicar os conceitos que serão discutidos.

## Da retórica clássica à polêmica

O estudo e análise retórica exigem conhecimento de um vasto e complexo conjunto de disciplinas multidisciplinares, uma vez que argumentar está presente em todas as falas humanas em menor ou maior grau.

---

3 Blumen et al., 2015.

No espaço público isto é ainda mais presente pois, neste, sempre existe grande abertura para o debate, para a dúvida e para o conflito, o que é exacerbado porque ideologias em jogo permite haver muitas verdades aparentemente definitivas a respeito de um fato, dado, ou informação.

Tal ecletismo faz com que a Retórica seja do interesse de várias áreas das Ciências Sociais Aplicadas como Administração, Direito, Economia, Comunicação e das Ciências Sociais como Filosofia, Teologia, Sociologia e História, indo muito além da Linguística, Letras e Artes, pois a investigação linguística pode elucidar muitas questões de cunho prático da política atual entendida em seu sentido amplo, isto é, “tudo que diz respeito a assuntos públicos e ao bem da comunidade”<sup>4</sup>.

Considerando a amplitude e complexidade dos estudos retóricos e em face do escopo desta obra, selecionamos como objeto de estudo o *ethos* do gestor público diante da polêmica acerca da privatização dos Correios, um tema muito atual e que tem despertado muito interesse e que faz muito sentido, conforme nos esclarece Amossy:

no campo político, a polêmica se traduz em termos de construção de *ethos* e de poder, tornando-se, assim, um ritual de posicionamento, chama a atenção para o fato de que a polêmica põe sempre em jogo imagens de si, que se inserem nas estratégias de promoção da sua própria pessoa<sup>5</sup>.

Reboul<sup>6</sup> atribui o surgimento da retórica a Córax de Siracusa ainda no século V a.C., durante um período de transição de uma tirania para uma democracia, marcado por incontáveis pendengas jurídicas propostas por cidadãos que recorriam à justiça para reaver seus bens e direitos tirados pelos ditadores de então. Como não havia a profissão de advogado, os próprios cidadãos tinham que se defender e convencer os julgadores sobre seus direitos, o que elevou a retórica à uma arte extremamente valorizada e útil.

Ainda segundo conta Reboul, Córax com um discípulo chamado Tísias, por volta do ano de 465 a.C., aproveitaram o momento que demandava das pessoas a prática de discursos persuasivos, para escreverem o que é considerado o primeiro tratado sistemático sobre a arte de falar em público, isto

---

4 Amossy, 2017, p. 19.

5 Amossy, 2017, p. 216.

6 Reboul, 2004.

é, um verdadeiro guia didático com lições para defender uma tese em juízo, que prometia vencer qualquer discussão.

Na Antiguidade clássica, a retórica ganhou o status de uma arte de grande prestígio na Grécia, pois se tratava da ferramenta mor da democracia ateniense em contraponto à sofística cujo objetivo era persuadir o adversário a qualquer custo.

Quanto aos objetivos pretendidos, há similaridade entre a retórica e a sofística, uma vez que ambas buscam a persuasão, porém, vale ressaltar que para os sofistas vale tudo e até desconsidera a verossimilhança para atingir sua finalidade última que é vencer o debate, o que valeu muitas críticas e terminou por contaminar com certo descrédito também a retórica<sup>7</sup>.

Lima relaciona a atribui a Aristóteles (384 a.C-322 a.C) o mérito de ser o pioneiro no estudo dos meios de persuasão, os quais segmentou em quatro dimensões argumentativas: a demonstração, a retórica, a sofística e a dialética.

A importância da retórica na interpretação de Aristóteles consiste na capacidade de persuadir o ouvinte, fazendo com que ele formule um juízo sobre a situação que a ele se apresenta. Neste sentido, a retórica esteve e estará sempre ligada a política e a ética, tendo as suas bases fincadas na psicologia e na lógica<sup>8</sup>.

Retomando Reboul, ele advoga que há consonância entre a retórica e a dialética, embora não se confundam, pois ambas são técnicas que objetivam persuadir pela argumentação, porém, a dialética é “apenas um jogo intelectual que, entre suas possíveis aplicações, comporta a retórica” e completa que a retórica é “a técnica do discurso persuasivo que, entre outros meios de convencer, utiliza a dialética como instrumento intelectual<sup>9</sup>”.

Conforme Aristóteles<sup>10</sup>, a retórica usa estratégias para persuadir o auditório baseadas e, três elementos: no *logos* (argumentos que apelam à razão com raciocínio lógico), no *pathos* (recursos que buscam acender as paixões do auditório) e no *ethos* (o caráter moral do orador).

Continuando com Aristóteles, ele classifica os discursos em três gêneros oratórios, quais sejam, deliberativo, judiciário e epidítico, conforme os papéis

---

7 Id., 2004.

8 Lima, 2011, p. 11.

9 Reboul, op.cit., p. 39.

10 Aristóteles, 2013.

que o auditório, isto é, os ouvintes, têm de desempenhar, respectivamente, em cada um deles: deliberação, julgamento ou simplesmente apreciação.

Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>11</sup> inovaram com a Nova Retórica inspirada no pensamento de Aristóteles porque eles dão toda a importância para o auditório, qualquer que seja a argumentação, pois o foco é a adesão das pessoas às quais se dirige o retórico e ressaltam que há muitas outras formas possíveis e válidas de pensamento além do raciocínio lógico para sustentar uma argumentação baseada no que chamam de verossímil, isto é, do que é plausível ou provável e não necessariamente do que é verdadeiro e real.

Tudo que, na argumentação, supostamente assenta no real caracteriza-se por uma pretensão de validade para o auditório universal. Em contrapartida, o que assenta no preferível, o que determina nossas escolhas e não é conforme a uma realidade preexistente, estará ligado a um ponto de vista determinado que só se pode identificar com a ajuda de um auditório particular, por mais vasto que seja<sup>12</sup>

Assim, para os autores, um debate só é possível se houver interesse do auditório na discussão do assunto, isto é, precisa haver interesse mútuo na polêmica, além disso, o argumentante deve demonstrar autoridade ser considerado orador ao tempo em que o auditório precisa estar disposto a formar uma opinião sobre o tema, pois se uma das partes entender a questão como fora de discussão, não há como se argumentar, porque “com efeito, tanto o desenrolar como o ponto de partida da argumentação pressupõem o acordo do auditório<sup>13</sup>”.

Destarte, o ponto inicial de toda argumentação é um acordo prévio entre o orador e o auditório para que seja possível entabular a argumentação, uma vez que o argumentante só consegue desenvolver suas estratégias persuasivas ao conectar seus argumentos com o que é, de alguma forma, admitido pelos ouvintes que compõem o auditório, pois do contrário, será imediatamente rejeitado.

Assim, os valores podem ser considerados os mais importantes elementos para fomentar um acordo entre o argumentador e o auditório, uma vez que valores comuns predispõem as pessoas a serem receptivas às ideias defendidas pelo orador.

---

11 Perelman, Olbrechts-Tyteca, 2006.

12 Id., 2006, p.76.

13 Ibid., p. 75.

Estar de acordo relativamente a um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal, deve exercer sobre a ação e as disposições para a ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem que se considere, no entanto, que esse ponto de vista de impõe a toda a gente<sup>14</sup>.

Para Amossy, a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca “não se interessa pelo raciocínio que se desenvolveria de modo autônomo na mente de um sujeito pensante, mas pelo raciocínio verbal em uma situação de comunicação que visa ao acordo<sup>15</sup>”. Nessa linha, a autora expande o objeto da retórica e da análise do discurso para situações em que não há acordo possível, isto é, situações de dissensão explícita, em que há dois lados que não chegarão a um acordo, pois na verdade se tratam de oponentes. Estamos aqui nos referindo à polêmica pública.

A polêmica pública, em sua virulência e em seus excessos, não é um lugar de negociações de diferenças, mas é, em vez disso, o sustentáculo de uma fala em combate. Estamos longe do ideal do diálogo em busca de solução entre duas partes opostas<sup>16</sup>.

Portanto, enquanto a Retórica e a Nova Retórica objetivam construir discursos persuasivos por meio de técnicas argumentativas, a análise do discurso, conforme Amossy, contempla situações sociais mais diversas, incluindo todos os discursos no contexto em que se desenvolvem, sendo a polêmica, nesse caso, um interessante objeto de estudo.

Para o analista do discurso, assim como para o sociólogo e para o historiador, a polêmica se mostra, ao contrário, rica em ensinamentos na medida em que ela revela muitas coisas sobre a sociedade e a época na qual o discurso polêmico circula no espaço público.

A polêmica é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes em uma dada cultura<sup>17</sup>.

---

14 Ibid., p. 84.

15 Amossy, 2017, p. 17.

16 Ibid., p. 118.

17 Ibid., p. 49.

A autora define polêmica “a manifestação discursiva sob forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam no espaço público<sup>18</sup>” e defende que ela “não é um gênero do discurso (ela atravessa os tipos e os gêneros de discurso), mas uma modalidade argumentativa, entre outras<sup>19</sup>”. Trata-se, na realidade, de um confronto verbal muito corriqueiro na sociedade.

Na vida pública, assim como em nosso dia a dia, os confrontos verbais são numerosos e suas denominações diversas. Fala-se sobre debate, discussão, disputa, briga, altercação, controvérsia e, evidentemente, sobre polêmica – para criar apenas os nomes mais correntes<sup>20</sup>.

Importante, desde já, destacar que uma polêmica não é uma simples discussão sobre interesses particulares, mas, ainda segundo Amossy, é “preciso que a polêmica aborde um assunto de interesse público para que ela não seja uma simples discussão, uma disputa entre particulares<sup>21</sup>”.

Dessa maneira, permite-se, neste capítulo, articular os conceitos da retórica, Nova Retórica e Análise do Discurso, para realizar análise de uma questão polêmica – privatização dos Correios – mediante a utilização de diversos meios de expressão e considerando várias estratégias argumentativas.

## **O *ethos* do administrador público**

Por trás das falcatruas com o dinheiro do contribuinte encontra-se uma figura denominada genericamente de administrador, gestor ou agente público, que seria, grosso modo, uma pessoa responsável por administrar os bens públicos.

Podem exercer esse papel desde indivíduos altamente gabaritados em termos acadêmicos e profissionais, quanto qualquer um que seja eleito ou indicado por alguém que tenha sido eleito para exercer a gestão em um órgão público. A lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, assim trata do agente público.

---

18 Ibid., p. 53.

19 Ibid., p. 67.

20 Ibid., p. 44.

21 Ibid., p. 46.

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiros, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Art. 6º No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

De toda a forma, qualquer cidadão ocupando função pública, isto é, um agente público, deve submeter-se “aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência<sup>22</sup>”, e, para tanto, precisa alinhar seu discurso e ações, pois, conforme Amossy não “se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica<sup>23</sup>”.

De fato, todos temos o desejo que nossos gestores públicos sejam profissionais competentes e especializados, capazes de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar o uso dos recursos do Estado, sejam eles financeiros, materiais, operacionais ou humanos de tal forma que atendam demandas da coletividade.

Diferentemente de profissionais empregados no setor privado, o objetivo do agente público não é, nem deve ser, o lucro puro e simples, mas a obtenção de resultados de impacto social, por meio de decisões e de ações que contribuam não só para o desenvolvimento econômico nacional em médio e longo prazo, mas também que ajudem a atender necessidades mais imediatas da população, como o combate à fome, por exemplo.

Qualquer que seja o nível hierárquico do agente público, está sob a sua responsabilidade zelar pelo patrimônio público, evitar gastos desnecessários, excedente ou falta de recursos, falhas e desperdício, além de trabalhar com real dedicação para atender os cidadãos.

Destarte, se o habitat físico do administrador público são ministérios e órgãos governamentais, seu *locus* de ação está na permanente busca de conciliar os interesses dos cidadãos com os limitados recursos públicos e, assim, gasta-se muito tempo e energia tentando convencer e persuadir os diferentes públicos do acerto das medidas adotadas e desta forma, não se dissocia a Política da ação e dos objetivos que devem nortear o agente público, conforme Amaral:

o termo política e a realidade que representa possui um paradeiro helénico, produto de um momento singular da história grega, no qual se cruzam uma nova forma de pensar surgida por volta do séc. VI a.C., que assentava na interrogação sobre os fundamentos da realidade, e também uma nova experiência existencial, emergente por volta do séc. VIII a. C. e configuradora de uma nova forma de vida em comum, a polis. Tal como a experiência logóica, a experiência política constitui um pilar da experiência humana

---

22 Cf. artigo 37 da Constituição Federal (BRASIL, p. 1988.

23 Amossy, 2018, p. 136.

na Grécia clássica. Falar, portanto, de política no período em que se circunscreve o pensamento de Aristóteles, é ter em conta que essa realidade se inscreve na encruzilhada de dois planos: o plano da experiência cívica realizada na consciência, e o plano da investigação teórica aplicada à realidade designada de polis. É nesse duplo pressuposto, realista e ao mesmo tempo especulativo, que a política, entendida como dimensão estruturante do humano, adquire, a partir do impulso decisivo do gênio aristotélico, o estatuto de ciência, isto é, de um saber com um objeto e um método específicos<sup>24</sup>.

Abbagnano detalha a evolução do conceito de Política, explicando que esse “nome tornam designadas várias coisas, mais precisamente: 1ª a doutrina do direito e da moral; 2ª a teoria do Estado; 3ª a arte ou a ciência do governo; 4ª o estudo dos comportamentos intersubjetivos<sup>25</sup>”.

1ª O primeiro conceito foi exposto em *Ética*, de Aristóteles. A investigação em torno do que deve ser o bem e o bem supremo, segundo Aristóteles, parece pertencer à ciência mais importante e mais arquetípica. (...)

2ª O segundo significado do termo foi exposto em *Política* de Aristóteles: "Está claro que existe uma ciência à qual cabe indagar qual deve ser a melhor constituição: qual a mais apta a satisfazer nossos ideais sempre que não haja impedimentos externos; e qual a que se adapta às diversas condições em que possa ser posta em prática. Como é quase impossível que muitas pessoas possam realizar a melhor forma de governo, o bom legislador e o bom político devem saber qual é a melhor forma de governo em sentido absoluto e qual é a melhor forma de governo em determinadas condições" (Pol., IV, 1, 1288 b 21). Neste sentido, segundo Aristóteles, a P. tem duas funções: descrever a forma de Estado ideal; 2ª determinar a forma do melhor Estado possível em relação a determinadas circunstâncias. (...)

3ª A P. como arte e ciência de governo é o conceito que Platão expôs e defendeu em *Político*, com o nome de "ciência regia" (Pol. 259 a-b), e que Aristóteles assumiu como terceira tarefa da ciência política. "Um terceiro ramo da investigação é aquele que considera de que maneira surgiu um governo e de que maneira, depois de surgir, pôde ser conservado durante o maior tempo possível" (*Ibid.*, IV. 1, 1288 b 27). (...)

24 Amaral, 2008, p. 19.

25 Abbagnano, 2007, p. 773.

4ª Finalmente, o quarto significado de P. começou a ser usado a partir de Comte, e identifica-se com o de sociologia. Comte deu o nome de Sistema de P. positiva (1851 -54) à sua obra máxima sobre sociologia, pois julgou que os fenômenos políticos, tanto em coexistência quanto em sucessão, estão sujeitos a leis invariáveis, cujo uso pode permitir influenciar esses mesmos fenômenos (...)<sup>26</sup>.

Em síntese, o trato da coisa pública exige do agente um *ethos* das melhores virtudes, de forma a conquistar e manter a credibilidade de suas ações e do desinteresse pessoal nos resultados, mas apenas e tão-somente do bem-estar público acima de tudo.

## **A polêmica da privatização dos Correios**

As polêmicas públicas rapidamente ganham espaço na mídia, não só porque geram interesse imediato de boa parte dos cidadãos, mas principalmente porque geram debates e discussões que trazem mais pessoas buscando informações.

Com a privatização dos Correios, não foi diferente, de fato, desde a manhã do dia 21/08/2019 já havia grande expectativa para a divulgação de uma lista de 17 privatizações e pouco depois do meio dia O Globo anunciava a esperada lista em seus canais digitais.

## **Governo anunciou 17 privatizações. Veja a lista**

BRASÍLIA — O governo do presidente Jair Bolsonaro anunciou na quarta-feira uma lista de 17 empresas estatais que serão privatizadas. Ainda não há informações, por exemplo, sobre quando as privatizações serão concluídas ou qual é a expectativa de faturamento do Executivo. O anúncio foi feito no fim da tarde, no Palácio do Planalto.

Das 17, oito já estavam no programa de privatização e nove foram incluídas. Entre as novas estão, Correios, Serpro e Telebrás (que tem ações negociadas na Bolsa de Valores).

---

26 Abbagnano, 2007, p. 773-774.

Também estão na carteira empresas que já faziam parte da lista do governo, como Casa da Moeda, Lotex, Trensurb e Eletrobrás, cuja privatização precisa ser aprovada pelo Congresso.

Concessões: Vão somar R\$ 208 bi em investimentos até 2022. Saiba os projetos que vão a leilão

Na manhã de quarta-feira, Bolsonaro já havia informado que os Correios estariam na lista e reconheceu que o processo de venda será "bastante longo".

— Vão entrar no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) para começar o processo de privatização. Começa com os Correios. Essa aí eu tenho de cabeça — disse o presidente, na saída do Palácio da Alvorada.

Saneamento: Salários consomem mais recursos que expansão de redes de água e esgoto nas estatais do setor

Bolsonaro destacou, no entanto, que o Congresso terá que autorizar a privatização dos Correios:

— A privatização dos Correios passa também, segundo decisão do Supremo, pelo Congresso Nacional. Então é um processo longo, não é rápido. Bastante longo.

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes voltou a sugerir a privatização da Petrobrás. Nesta quinta-feira, o governo disse que vai iniciar estudos para privatizar a Petrobras<sup>27</sup>.

O anúncio acima, das privatizações, se distancia do *ethos* esperado de um agente público que deve realizar uma gestão pública voltada aos interesses dos cidadãos, pois o redator personaliza o interesse do processo de privatização ao escrever que o fato foi anunciado pelo “governo do presidente Jair Bolsonaro”, isto é, não foi pelo governo do público, mas pelo governo do Jair, logo, é o Bolsonaro que quer privatizar.

Essa indicação de interesse pessoal e mercantil, se cristaliza na afirmação seguinte de que não se sabe qual é a “expectativa de faturamento do Executivo”. Ora, gestão pública não fatura, pois esta é uma palavra muito mais usada no mundo dos negócios com o significado de obter lucro, ganho, rendimento, dividendo, o que dá uma conotação de que se está vendendo algo como se fosse um produto qualquer.

---

27 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-anunciou-17-privatizacoes-veja-lista-23892489>

Há que se considerar ainda, para fortalecer a conotação de uma transação comercial, a elisão da palavra Poder antes de Executivo, pois ao mencionar apenas Executivo, lembramo-nos de imediato da pessoa do executivo que chefia as operações de uma negócio privado, muitas vezes chamado de CEO (Chief Executive Officer) na sigla em inglês.

A polêmica, portanto, começa muito bem, pois visa desacatar o *ethos* de zelador da coisa pública que é imprescindível para um agente público ao indicar a privatização como uma decisão do Jair que quer apenas faturar e projeta um *ethos* de um pródigo no trato dos bens públicos.

As privatizações fazem parte do programa econômico idealizado pelo ministro Paulo Guedes para recuperar a economia brasileira e os Correios entraram na lista por indicação do próprio ministro.

## **Guedes: Governo ainda privatizará 17 estatais em 2019**

*Ministro diz que lista de empresas deve ser divulgada nesta quarta-feira 21. "Nós vamos acelerar e achamos que vamos surpreender", declarou*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, nesta terça-feira 20, que o governo pretende anunciar na quarta-feira uma lista de 17 empresas públicas que devem ser privatizadas até o final do ano. Guedes não adiantou o nome das companhias, mas afirmou que o governo vai acelerar ainda mais as privatizações.

“As coisas estão acontecendo devagarzinho, vai uma BR Distribuidora aqui, daqui a pouco vem uma Eletrobrás, uma Telebrás, daqui a pouco vem também os Correios, está tudo na lista. Amanhã [quarta-feira 21] devem ser anunciadas umas 17 empresas só para completar o ano. Ano que vem tem mais”, disse o ministro em evento na capital paulista.

Guedes disse que o governo atingiu, em agosto, a meta de arrecadação de recursos com privatizações, de 80 bilhões de reais, estipulada para todo o ano de 2019. “Na privatização nós vamos acelerar. E nós achamos que vamos surpreender”, declarou.

No início de agosto, o presidente Jair Bolsonaro declarou que a privatização dos Correios “está no radar”. “Vocês sabem o que foi feito com os Correios. O mensalão começou com eles. Sempre foi um local de aparelhamento político e que foi saqueado, como

no fundo de pensão. Os funcionários perderam muito, tiveram que aumentar a contribuição para honrar”, disse o presidente.

Em maio, Bolsonaro já havia afirmado a VEJA que deu sinal verde para a privatização dos Correios. “Vamos partir para a reforma tributária e para as privatizações. Já dei sinal verde para privatizar os Correios. A orientação é que a gente explique por que é necessário privatizar”, disse ele, na ocasião.

O governo enxerga a privatização da estatal com urgência. Em julho, VEJA teve acesso a cálculos preliminares feitos pela equipe do governo. As primeiras conclusões mostram que o tempo de vida útil para concretizar a venda dos Correios está em torno de cinco anos. Desde o início de 2018, a principal fonte de receita da estatal deixou de ser o monopólio postal — a entrega de cartas, largamente substituídas por várias formas de mensagem eletrônica — e passou a ser a entrega de encomendas, mudança impulsionada, sobretudo, pelo crescimento do e-commerce. No prazo previsto pela equipe econômica, as transportadoras privadas ultrapassarão a estatal na prestação do serviço. O ponto de virada inviabilizaria por completo a sua venda.

Outra empresa que está no calendário de privatizações do governo é a Eletrobrás. Na noite de quinta-feira, 1º, a estatal informou em fato relevante que Bolsonaro autorizou que sejam aprofundados estudos para a desestatização da companhia.

Os estudos, informou a companhia, serão para que o processo ocorra por “aumento de capital social, mediante subscrição pública de ações ordinárias da Eletrobrás ou de eventual empresa resultante de processo de reestruturação”. De acordo com fato relevante, o processo de desestatização da companhia também deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional<sup>28</sup>.

Em sua fala acima transcrita, o ministro projeta um *ethos* bem de acordo com o senso comum sobre o agente público (“As coisas estão acontecendo devagarzinho...”) que é o *ethos* do burocrata, pejorativamente caracterizado principalmente por um funcionário de repartição pública in-

---

28 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/guedes-governo-anunciara-17-estatais-a-serem-privatizadas-em-2019/>

dolente muito bem pago para lidar apenas com excesso de documentos, criar exigências estapafúrdias, demorar no atendimento, atuar com ineficiência e agir com muita lentidão.

Mas sendo o ministro um economista ultraliberal com doutorado pela Universidade de Chicago e oriundo da iniciativa privada onde fundou o Instituto Millenium e o banco de investimentos BTG Pactual, além de ter sido sócio da Bozano Investimentos, Guedes que foi apelidado de Posto Ipiranga pelo então candidato à presidência, por saber e resolver tudo sobre economia, diz que “... vamos acelerar... vamos surpreender...”, que é uma forma de projetar um *ethos* de administrador eficaz que obtém resultados rápidos e acima das expectativas.

Este é o *ethos* que se espera de um gestor público voltado a resultados, como é atualmente exigido de forma mais explícita pela sociedade, como revela Barros Neto e Silva.

Cada vez mais a administração pública está sendo obrigada a obter qualidade no gasto público mediante a simplificação de estruturas e diminuição da burocracia em função dos orçamentos decrescentes, dos cidadãos mais esclarecidos e exigentes. Esta situação é retratada em recorrentes manifestações espontâneas em diversos meios canais<sup>29</sup>.

Paulo Roberto Nunes Guedes foi professor da PUC-RJ da Fundação Getúlio Vargas e é um crítico mordaz dos governos social-democratas do Partido dos Trabalhadores - PT e do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, conquistou fama como um excelente administrador no mercado financeiro e tem como mote a privatização sem limites tudo que for possível vender e defende o slogan “mais Brasil e menos Brasília<sup>30</sup>”.

O programa liberal e as privatizações com a finalidade de se obter o equilíbrio fiscal das contas públicas brasileiras e a descentralização do poder para estados e municípios mediante a redistribuição de recursos, coaduna-se com a visão de um Estado eficiente e eficaz que deve devolver à sociedade os recursos que consome, como explica Barros Neto

O Estado tem o dever de criar valor em termos sociais, ou seja, é o responsável pela eficiência da produção para um nível de vida melhor. No entanto, uma análise nos mostra que os governos

---

29 Barros Neto; Silva, 2014, p. 9.

30 Melo, 2018.

se assemelham a organizações no sentido de competirem por recursos humanos, investimentos, impostos, etc. Isto é ainda mais válido quando nos referimos às organizações estatais, que de forma incisiva encontram-se no mercado competindo, nem sempre de igual para igual, com as demais organizações não estatais<sup>31</sup>.

A escolha dos Correios como uma das primeiras empresas a serem privatizadas, segundo o site O Antagonista, deveu-se a oito razões estruturais apresentadas

## **As razões do governo para privatizar os Correios**

O Antagonista obteve em primeira mão cópia de uma apresentação elaborada pela Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento para justificar a privatização dos Correios.

A apresentação começa com uma linha do tempo dos escândalos de corrupção na estatal, de 2003 a 2019.

Cita a CPI dos Correios, o Mensalão, as operações Custo Brasil e Greenfield. Avança para o rombo de R\$ 11 bilhões no Postalis e de R\$ 4 bilhões no Postal Saúde.

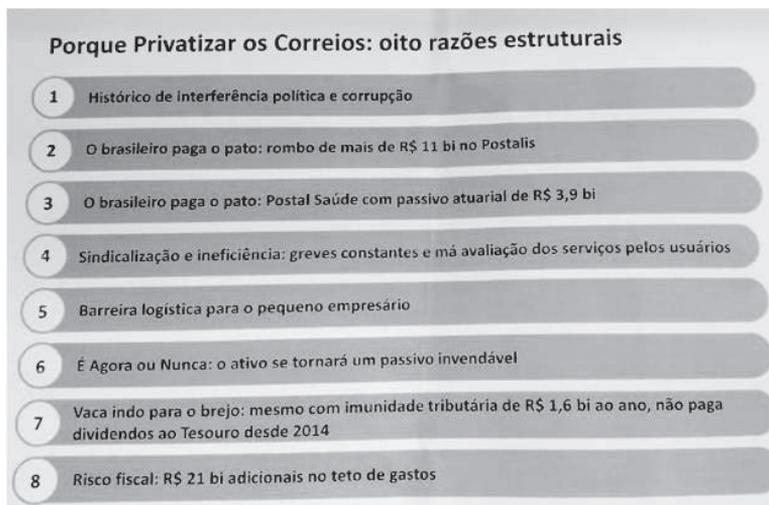
Ressalta o impacto da sindicalização na ineficiência da empresa – que sofreu 10 greves em 11 anos –, e a redução de sua relevância no e-commerce.

Relembra o prejuízo de R\$ 2,7 bilhões em 2018 e alerta para um risco fiscal de R\$ 21 bilhões.

---

31 Barros Neto, 2004, p. 90.

Figura 1 Slide Razões para privatizar os Correios<sup>32</sup>



Interessante notar que o Power Point (programa da Microsoft utilizado para criar e exibir de apresentações gráficas especialmente durante reuniões) transformou-se em uma estratégia argumentativa que reforça ideias durante o discurso, e dá credibilidade ao apresentador, fortalecendo seu *ethos*, pois mostra que se trata de uma argumentação planejada.

Realmente, apresentações em Power Point costumeiramente começam com um slide que descreve as qualidades, experiências e expertise do orador como a reforçar a construção de sua representação realizada no discurso propriamente dito, implicando em um reforço à imagem ou autorretrato expresso pelo ato de tomar a palavra, como esclarece Amossy.

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa

32 Dantas, 2019.

realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as consequências<sup>33</sup>.

Na verdade, apresentações em Power Point são um instrumento de apoio ao discurso muito utilizado no mundo dos negócios e da gestão pública porque permitem contemplar a trilogia retórica.

...a trilogia retórica (*ethos*, *pathos* e *logos*) é fundamental para a criação do verossímil e da construção do discurso persuasivo, pois são considerados por Aristóteles como instrumentos de persuadir (pisteis). O *logos* é de ordem racional. *Ethos* e *pathos* são de ordem afetiva<sup>34</sup>.

O título do slide publicado pelo O Antagonista apela para o *logos* “oito razões” e para o afetivo com termos poucos ortodoxos em uma apresentação sobre assunto tão relevante, mas que fazem parte do dia a dia do cidadão comum, como “pagar o pato”, “vaca indo para o brejo” que são ditados populares, próprios de uma conversa mais informal e afetiva.

No âmbito da Administração, para se contrapor a um Power Point, só outro Power Point, assim, durante uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ocorrida na Câmara dos Deputados em Brasília em 08/08/2019, o Vice-presidente da Associação dos Profissionais dos Correios – ADCAP, Marcos César Alves Silva, preparou uma apresentação com trinta e cinco slides divididos em partes nas quais é facilmente identificável a trilogia retórica.

- *Ethos* - ele inicia a sequência de slides com uma apresentação pessoal: Administrador, 37 anos de empresa, atuação em vários cargos gerenciais e executivos, 5 anos no Conselho de Administração dos Correios etc.
- *Logos* - seguem diversos slides com fatos, dados e números denominados “conhecendo a empresa” – *logos* -- Correios existem para cumprir mandado constitucional, índice de confiança, presença em todos os municípios, participação de mercado, qualidade operacional, qualidade internacional, valor comparativo de tarifas

33 Amossy, 2018, p. 9.

34 Ferreira, 2018, p. 31.

entre vários correios e operadores. Essa sequência ainda responde cada uma das razões para privatizar os Correios.

- *Pathos* - com depoimentos de pessoas a favor dos Correios públicos, vantagens e benefícios de um correio público, necessidade de cuidar bem da empresa, benefício dos brasileiros, enxergar os Correios como uma peça fundamental para o desenvolvimento do país, dentro outros argumentos afetivos.

Convém exemplificar com um dos slides reproduzindo o slide publicado no site O Antagonista, que apresenta um título bem destacado se sobrepondo ao slide original, como mostra a figura seguinte.

Merece atenção o título do slide, pois “caso a ser estudado” entre aspas, formalmente um sinal gráfico que delimita uma citação, aqui realça uma expressão que quer dizer, tenha atenção, uma vez que casos são estudados para descobrir coisas que não estão claras ou que foram propositadamente escondidas.

A expressão “tentar justificar” faz um contraponto ao título do slide original que menciona “razões” que indicam causas, isto é, os porquês, situa-se fortemente na seara do *logos*.

Por sua vez, a palavra “justificar” significa alegar, esclarecer, expor e, com a adição preposta da palavra “tentativa de” tem uma forte conotação de dúvida, o que enfraquece o *logos* do slide original e abre caminho para questionar também o *ethos* do apresentador do primeiro slide.

De fato, no slide 25 da apresentação há a afirmação de que os argumentos apresentados para “tentar justificar a privatização dos Correios parecem um conjunto de enunciados falaciosos, construídos para tentar justificar uma decisão que não tem a necessária sustentação técnica”. Ora, se falácia pode ser entendida como falsidade, mentira ou engano, então que diz falácias é um fingido, um hipócrita, isto é, alguém cujo *ethos* não faz por merecer a credibilidade necessária para sustentar o *ethos* da trilogia retórica.

Nessa toada, o slide 29 prossegue “Desmistificando o monopólio postal”, ou seja, há um embuste na apresentação original que a apresentação atual está esclarecendo, portanto, ou existiu má fé do apresentador ou este não estava preparado para afirmar o que disse. Em qualquer situação, o que está se objetivando é projetar dúvidas sobre o *ethos* do apresentador original.

Figura 2 Slide da Reposta Às Razões da Privatização<sup>35</sup>

**O Brasil, porém, é um “caso a ser estudado”. Por aqui, o governo, para tentar justificar a intenção de privatizar, difama os Correios.** 

**Porque Privatizar os Correios: oito razões estruturais**

- 1 Histórico de interferência política e corrupção
- 2 O brasileiro paga o pato: rombo de mais de R\$ 11 bi no Postalis
- 3 O brasileiro paga o pato: Postal Saúde com passivo atuarial de R\$ 3,9 bi
- 4 Sindicalização e ineficiência: greves constantes e má avaliação dos serviços pelos usuários
- 5 Barreira logística para o pequeno empresário
- 6 É Agora ou Nunca: o ativo se tornará um passivo invendável
- 7 Vaca indo para o brejo: mesmo com imunidade tributária de R\$ 1,6 bi ao ano, não paga dividendos ao Tesouro desde 2014
- 8 Risco fiscal: R\$ 21 bi adicionais no teto de gastos

---

 **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CORREIOS** 16  
SCN QD. 01 BL. "E" Edifício Central Park - SL 1901/1913 - Brasília-DF 70711-903  
 Tel.: (61) 3327-3109 E-mail: adcap@adcap.org.br

Aberta uma polêmica, qualquer um sente-se convidado a participar dela, por qualquer meio possível e a própria mídia incentiva, por isso é de interesse analisar uma troca de opiniões de diversos auditórios sobre a polêmica privatização dos Correios.

Para tanto foi escolhido uma notícia da Gazeta Online do Espírito Santo que relata, dentre as privatizações anunciadas, ter sido os Correios a mais comentada, provavelmente por ser um “serviço que afeta diretamente a vida das pessoas”.

De fato, o que gera interesse das pessoas pela polêmica é sua proximidade com o tema, o que lhes dá o direito e o conhecimento necessário para exprimir opiniões com base em suas experiências, então consideradas suas verdades sobre o assunto.

Assim, entre a Codesa - Companhia Docas do Espírito Santo, uma empresa estadual e os Correios, os capixabas preferem, pois se sentem mais à vontade, para comentar sobre os Correios, afinal, poucos se sentem próximos de um porto, a não ser que trabalhem lá ou vivam perto dele.

35 Disponível em: [www.adcap.org.br](http://www.adcap.org.br)

Mas dos Correios, por outro lado, devido provavelmente à figura do carteiro que passa diariamente pelas ruas de todos os municípios brasileiros, as pessoas desfrutam de uma intimidade psicológica com a Empresa e, portanto, acreditam ter conhecimento de causa suficiente para expor com segurança seus comentários.

## **Leitores estão divididos sobre efeitos de privatizações de estatais**

*Governo federal anunciou nesta semana uma lista de empresas públicas que serão concedidas à iniciativa privada, entre elas os Correios e a Codesa, no Espírito Santo*

*Correios estão entre as empresas públicas que devem ser privatizadas*

Nas redes sociais do Gazeta Online, os leitores se manifestaram em grande número sobre o anúncio da lista de empresas públicas que deverão dar início ao processo de privatização de estatais no governo Bolsonaro. No Estado, a venda da Codesa foi confirmada.

Mas o que provocou mais comentários entre os internautas foi a privatização dos Correios, um serviço que afeta diretamente a vida das pessoas. Houve os que comemoraram a decisão, defendendo o ganho de eficiência, enquanto os que a criticaram mostraram-se desconfiados com os resultados da medida, especialmente em regiões periféricas.

Confira alguns comentários:

O correto seria abrir a concorrência. Os Correios prestam um serviço público que não deve ser privatizado. Cidades menores e de interior não serão economicamente viáveis para uma empresa privada atender. Todo país mantém um serviço de correios estatal, até os EUA, modelo capitalista, tem a USPS. (Alexandre Arrebola)

Quanto menor o Estado, menor a corrupção! Melhores serviços e mais baratos! (Bruno Falce)

Vai ficar tudo maravilhoso, igual à BR 101 sob concessão da Eco101! (Sorieldo Engelhardt)

Os Correios não fazem o que deveriam. Muitos funcionários enrolam, não cuidam das mercadorias. Privatizando, além de criarem novas opções nesse segmento, teremos mais serviço e empregos para muitos brasileiros. (Vinicius Souza)

E os “capitalistas” sem capital aplaudem... morrerão de trabalhar sem direitos, sem segurança, sem aposentadoria e com salários cada vez mais precários e, ainda assim, aplaudem. (Flávio Gonçalves)

Parabéns, brasileiros! Depois de privatizar os Correios, entraremos na seletíssima lista de países que não têm um serviço nacional de correios controlado em todo ou em sua maioria pelo Estado! Seremos nós e a Bósnia! Viva! (Lucas Magevski Boles)

Talvez as coisas melhorem! Duvido que os correios ainda vão fazer greve depois da privatização. (Marcos Antonio Strey)

A única solução para os desmandos e a corrupção dos governos. Parabéns, ministro Guedes, pelas decisões. (Janguito Alvarez Romero)

Para empresários receberem de graça o que o Estado construiu é fácil. Quero ver construir. Perfil do privatista brasileiro. (Alec Mendes)

Quando os empresários comemoram, é sinal que o povo está ferrado. (Fabricio Thomaz Zaban)

Correios em números: R\$ 21 bilhões em risco fiscal, prejuízo acumulado de R\$ 4 bilhões na Postal Saúde (plano de saúde dos funcionários - o dinheiro dos nossos impostos está pagando esse prejuízo), rombo de R\$ 11 bilhões na Postalís (previdência dos Correios), prejuízo operacional em 2018 de R\$ 2,7 bilhões (estamos cobrindo esse prejuízo com dinheiro dos impostos que poderiam estar indo para hospitais e escolas). Conclusão: temos que parar de pagar essa conta. Privatiza logo! (Eric Fuini Puggina)

Assim como a reforma trabalhista gerou milhões de empregos... A diminuição do Estado é o câncer do povo. Pena que tem um monte de gente que não consegue compreender que a única “saída” para uma nação decente é com o fortalecimento do Estado. (Leonardo Vasconcelos)

O governo quer fazer caixa vendendo as estatais. O Brasil tem 13 milhões de desempregados. Pergunta: Quando se vende uma estatal, gera emprego ou aumenta o desemprego? (Cesar Ferreira)

Vai acabar com o cabide de emprego, pois a empresa que comprar vai querer lucrar, e com isso acabam melhorando e ampliando o serviço, gerando mais empregos. (Carlos Alessandro Pazini)

Quem é sensato no país sabe da necessidade de privatizar tudo, uma vez que essas estatais servem apenas de cabides de emprego para aliados e parentes de políticos. (Lety Victor)<sup>36</sup>

No debate público em que as pessoas, no caso os internautas, envolvem-se apresentando apenas seus nomes, perde a importância o *ethos*, pois a princípio, são todos oradores com a mesma credibilidade, porque nenhum se conhece nem se apresenta.

Assim, a imagem construída pelos oradores, embora não anônimos, pois se trata de um jornal que identifica os assinantes comentaristas, carece de subsídios que permitam de fato identificar um *ethos* significativo.

Até são citados números e estatísticas (Correios em números, 13 milhões de desempregados etc.), mas não citam fontes nem é possível aferir a veracidade do que dizem, de tal maneira que a única possibilidade de imprimir um *ethos*, para os internautas, é pelas palavras escritas que dificilmente garantem “um conjunto de traços de caráter que o orador mostra ao auditório para dar uma boa impressão<sup>37</sup>”.

Deste modo, no debate exemplificado pelo jornal digital, está-se na arena das opiniões, ou seja, são pontos de vista fundamentados em posições, convicções, crenças, ideias ou simplesmente em preconceitos, não se tem exatamente o objetivo de convencer usando o *logos*, mas quando muito persuadir por meio das paixões, ou simplesmente publicar uma opinião pessoal.

Observa-se que os internautas abusam das frases afirmativas e imperativas, exprimindo juízos de valor e todos parecem muito seguros, com certeza mesmo, das afirmações que fazem: "Os Correios prestam um serviço público que não deve ser privatizado", "Quanto menor o Estado, menor a corrupção!", "Muitos funcionários enrolam, não cuidam das mercadorias", "morrerão de trabalhar sem direitos", "governo quer fazer caixa vendendo as estatais", "Vai acabar com o cabide de emprego".

Alguns até procuram imprimir emoções com pontuações de exclamações ("Seremos nós e a Bósnia!") ou efusivas congratulações ("Parabéns, brasileiros!"), como se estivessem em uma conversa, sem obrigação de comprovar nada, pois a própria experiência parece-lhes ser suficiente para

---

36 Disponível em: <[https://www.gazetaonline.com.br/opiniao/fala\\_leitor/2019/08/leitores-estao-divididos-sobre-efeitos-de-privatizacoes-de-estatais-1014195534.html](https://www.gazetaonline.com.br/opiniao/fala_leitor/2019/08/leitores-estao-divididos-sobre-efeitos-de-privatizacoes-de-estatais-1014195534.html)> Acesso em 01/09/1964.

37 Ferreira, 2015, p. 21.



Queremos receber nossas faturas e contas em dia o carteiro todos os dias em nossas residências em nossas casas fora este lixo de DDA demissão para quem inventou e distritos alternados manda quem inventou está merda ir entregar cartas na rua já

**Usuário 6** - Esse presidente só que ganhar tempo e ficar enrolando os trabalhadores sobre o assunto. Ele é inimigo dos trabalhadores. Até agora a nossa campanha salarial estar sem um definição. Quero só ver qual vai ser a orientação das federações quando chegar o dia 31 de agosto.

**Usuário 7** - Com governo de direita não tem diálogo

**Usuário 8** - O capeta leva o país pra o inferno isso sim. Esses caras são os verdadeiros diabos, os falsos profetas que usam o nome de Deus... ministro contou ainda no evento que costuma brincar que o governo está numa "travessia no deserto", na qual Bolsonaro é "meio Moisés" e conduz o País à terra prometida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. "Todos estamos acreditando piamente nisso, com essa proposta avançada (de agenda econômica) e tenho certeza que será a grande saída definitiva para que recessões como a última não ocorram no futuro", disse....

**Usuário 9** - Çerio ?

**Usuário 10** - Acho que teria que fazer é barrar qualquer privatização de empresas das quais o Paulo Guedes é investigado. Isso caracteriza obstrução da justiça, vender pra se safar do processo.

**Usuário 11** - Próxima eleição presidencial, tomara que saiam como candidatos Dória, Amoedo, Huck, Moro, Bolsonaro .....

**Usuário 12** - O que vc tá fazendo nos Correios, deveria ser empresário pq apoiando uns caras desse.

**Usuário 13** - Vou dar um tempo p vc ler ... reler.... pensar..... e entender o que eu quis dizer .....

Caso queira uma dica ... só pedir ...

**Usuário 14** - Esses pelegos puxa saco do bozo deviam ser os primeiros a levar um pé na bunda<sup>38</sup>.

Como se pode observar, na polêmica, só há espaço para o *pathos*, o *logos* e o *ethos* praticamente desaparecem dos textos e a estratégia é nomear um culpado, quer seja Guedes, Bolsonaro ou Governo, não importa, pois o objetivo é atacar o culpado para desmerecê-lo, como se ao atacar o responsável escolhido ("Ele é o inimigo"), de alguma forma, fosse possível atingir a questão polêmica com a qual não se concorda.

É como uma briga de rua ou de bar, em que a eficácia reside em ameaçar e intimidar em voz alta (as letras maiúsculas indicam gritos), derrubar o adversário, primeiro xinga-se depois se vai às vias de fato (“pé na bunda”) e sempre em grupo, isto é, nós contra eles (“esses pelegos”).

As questões do *ethos*, quando aparecem são com a intenção de projetar um *ethos* negativo no outro (“SAFADO OPORTUNISTA CORRUPTOS LADRÃO”, “capetas”) ou para indicar que é o outro que não tem a disposição de debater (“governo de direita não tem diálogo”).

Nas polêmicas, portanto, a emoção é que define os argumentos, tanto que as palavras chulas têm lugar de destaque (“VAI PRA PUTA QUE PARIU”, “QUERO QUE SE FODA”, “Que porra é essa e os trabalhadores? Foda a empresa...”), pois o palavrão é a emoção diretamente transformada em palavras.

Enquanto a linguagem comum e o pensamento consciente ficam a cargo da parte mais sofisticada da massa cinzenta, o neocórtex, os palavrões “moram” nos porões da cabeça. Mais exatamente no sistema límbico. É o fundo do cérebro, a parte que controla nossas emoções. Trata-se de uma zona primitiva: se o nosso neocórtex é mais avantajado que o dos outros mamíferos, o sistema límbico é bem parecido. Nossa parte animal fica lá<sup>39</sup>.

Nas polêmicas em ambientes virtuais prevalece a emoção e os palavrões que, conforme Pail “são classificados como tabus linguísticos<sup>40</sup>”, isto é, são linguagem emocional ofensiva e existe uma proibição social dizer qualquer expressão imoral ou grosseira, o que em certas situações, não se consegue evitar.

Mas apesar de no senso comum os palavrões serem considerados xingamentos, na prática nem sempre são usados com a finalidade de xingar. Assim, todos os palavrões são tabus linguísticos, alguns xingamentos são tabus linguísticos e alguns palavrões são, também, xingamentos<sup>41</sup>.

Como se vê nos trechos das conversas copiadas, os palavrões não são usados como xingamentos dos colegas, mas como um desabafo emocional (“Foda-se a empresa”), talvez porque mesmo não se conhecendo pessoalmente, os membros do grupo sabem que são colegas de empresa.

39 Burgos, 2008, on-line.

40 Pail, 2012, p. 78.

41 Ibid., p. 79.

Parece então haver certo respeito entre os participantes, o que não impede de ocorrerem manifestações grosseiras e preconceituosas (“Essa raça de gaúcho”) e carregadas de ideologia (“bolsominions”, “evangélicos”) discussões pessoais e até expulsões do grupo, como se ilustra nos excertos seguintes.

**Usuário 1** - Como EVITAR a privatização dos CORREIOS:

- Em torno de 70% dos funcionários dos Correios são EVANGÉLICOS.
- A BANCADA EVANGÉLICA possui em torno de 90 deputados;
- A bancada dos partidos de esquerda/oposição possuem em torno de 160 deputados. Estes já são contra a privatização.
- Se os funcionários evangélicos acionarem seus respectivos PASTORES para que acionem os deputados, conseguiremos barrar a privatização. Lembre que com a privatização dos Correios, além dos familiares dos funcionários dos Correios as igrejas também terão grandes PERDAS financeiras, pois funcionário dos Correios DESEMPREGADO não paga dízimo.

**Usuário 2** - Pra mostrar pra esse Bozo e através de manifestação..greve..e a luta só assim que ele entende....ex: e o caso do desmatamento na Amazônia que ele falava que não compensava colocar as forças armadas lá ...mas devido a grande repercussão e o povo na rua ele mudou o discurso..

**Usuário 3** - Rapaz eu sou evangélico, não votei no Bolsonaro como os líderes religiosos orientaram, se depender da bancada evangélica já era.

**Usuário 4** - Tá difícil por isso na cabeça deles pois são de opinião própria e não aceitam o que está acontecendo porém poderão perder seu sustento por falta de lógica e defender um verdadeiro ditador

**Usuário 5** - Evite termos impróprios e anedotas pesadas.

Lembre-se de que tudo o que dizemos permanece em nossa atmosfera mental, atraindo aqueles que pensam da mesma forma, e que passarão a formar o círculo comum em redor de nós.

Não ofenda com palavras baixas os Anjos de Deus, que se afastarão de você horrorizados.

A boa educação se manifesta também através das palavras que partem de nós

**Usuário 6** - Penso que não deveria caber discursos de ódio como fazem os bolsominions e outros inimigos sociais. Nem entre nós, nem para com eles, pois assim nos igualamos a essas pessoas que estão destruindo o país. Em nossas divergências, e até equívocos, deveríamos buscar a argumentação, não a ofensa.

Será que até aqui devemos nos calar por receio de má interpretação?

A luta contra esse "Império do Mal" ainda será longa e o ódio é uma arma deles, e só nos enfraquece enquanto movimento.

**Usuário 7** - Olá colegas do Correios. Peço cooperação de todos irmãos q orem por nossa empresa hoje haverá esta reunião. Que Deus venha interceder por nós e saia um resultado favorável pra ambos os lados. Creio no poder da oração, não importa onde vc estiver em qualquer lugar do Brasil; ore, abençoe seu trabalho de onde provém seu sustento. Vamos nos unir no poder da oração eu creio no milagre em nome de Jesus.

**Usuário 8** - Termos que mostrar para a empresa que somos fortes e unidos e dizer não a essa pilantragem que está aí com a terceirização e esses bandos de gestores achando que vão ter vantagem em ajudar a empresa a sucatear a empresa eles são os primeiros que vão si foder porque a empresa está pensando só nelas e vamos acabar com esses pessoal que querem si venderam para a empresa, vamos para cima dos pelegos e quem si meter no nosso caminho e dizer não a essa pilantragem que sempre houve na empresa que comprou alguns sindicalistas que só pensam neles. A hora é agora ,vamos fazer greve com inteligência e deixar a população a no favor

**Usuário 9** - Quanta falta de sabedoria, civilidade e respeito!

Sem contar que não tem a mínima noção do que é democracia.

Democraticamente, sejamos honrosos para com os que ganharam.

Os que ganharam, sejam democraticamente honrosos com os que perderam.

Chega de infantilidade nesse grupo de pessoas vividas e que se dizem maduras.

Que moral vcs têm em suas casas para aconselharam seus netos e filhos a terem boa convivência com os colegas na escola e respeitarem seus Professores? Se aqui, vcs conseguem mostrar a falta de civilidade que mora dentro de vcs, publicando uma mensagem horrenda dessa é selvagem, bruta d grotesca?

A hipocrisia reside naquele que quer dar lição de moral descrevendo o que ele realmente é e sua falta de civilidade.

Sem urbanidade essa sua mensagem, colega.

O respeito é o atrativo para a admiração.

Bom domingo, pessoal!

**Usuário 10** - Primeiramente, bom dia a você que só sabe julgar as pessoas e ofender. Mas suas palavras não me ofende. Devemos respeitar os colegas e suas opiniões. A empresa irá passar por grandes transformações. Sendo assim desejo um ótimo domingo para todos.

**Usuário 11** - Ainda bem que há pessoas de bom senso e sabedoria emocional no grupo, não fosse isto o grupo não existiria mais

Só por hoje

Se fosse pra elogiar as maldades do Bozo você seria a primeira a concordar,vá pedir a Deus pra te dar humildade.Boa noite

Não raro as discussões se particularizam e se transformam em bate-boca, com manifestações de apoio para um ou outro participante e o tema polêmico desaparece da discussão para dar lugar a questões mais pessoais, conforme exemplificado a seguir.

**Usuário 1** - Boa noite, eu não te conheço em primeiro lugar não estou defendendo presidente A ou B....este grupo foi criado para informar sobre assuntos relacionados a empresa, a qual eu e você trabalhamos. Ainda bem que somos pessoas com pensamos diferente um do outro...o que seria do branco se todos tivessem administração pelo azul. E não coloque Deus, no assunto, pois acaba se tornando uma falta de respeito independente de religião. Aliás, quem nos mantém é o cliente, pois no dia que deixarem de postar seus produtos pelos Correios, não haverá o motivo de existência desta empresa. Passar bem e tenha uma boa noite.

**Usuário 2** - Acabou a essência do grupo

**Usuário 3** - Minha querida eu também não te conheço, no entanto sou funcionário dos Correios a quase 23 anos, é de admirar eu ver você se manifestar contra as publicações que eu estou fazendo contra o presidente bolsonaro, o cara quer vender os Correios o cara tá destruindo as estatais e você vem para cá se mostrar no grupo querendo me dar lição de moral querendo calar minha boca!!! Eu peço por favor a você que me respeite e respeite minha opinião!!! como funcionário do correio eu estou triste com tudo isso mas eu acho que você está feliz porque você quer e pedir minha fala!!! não votei nele e não tenho nada a ver se você gostou ou não gostou não é problema meu!! Gostaria de saber por que as publicações que faz de mal tratamentos machucam tanto? você quer que eu vi elogiar o bolsonaro aqui no grupo depois dele anunciar que vai vender o meu emprego pelo amor de Deus querida abra seus olhos!!! Deus te abençoe a sua mente!

Como em qualquer discussão que começa a quebrar as regras da boa convivência, a turma do deixa disso intervém para manter a civilidade e, por se tratar de um grupo de funcionários diretamente interessados na polêmica surgem apelos emocionais (“familiares”, “encarecidamente”) para lembrar os envolvidos dos elos que os unem e, principalmente que há interesses comuns, isto é, mais semelhanças que diferenças.

**Usuário 1** - Boa noite ao pessoal do grupo

Vendo as postagens anteriores, percebo que entre nós familiares Ectetista está havendo estranhamento.

Peço a todos encarecidamente que se respeitem um ao outro.

As opiniões são divergentes, mas o respeito é comum a todos.  
 Vamos focar informações pertinentes aos CORREIOS, o que diz respeito ao nosso negócio.  
 Outros assuntos que não trazem valor nenhum para nós, peço aos integrantes do grupo não o postem.  
 Ok. Abraços a todos.

O grupo é informal, ou seja, não tem qualquer vinculação com a organização objeto da polêmica, mas a discussão não consegue se desvincular do *ethos* dos participantes como servidores da empresa, que chegam mesmo a querer impor que as regras e procedimentos organizacionais sejam aplicados ao grupo.

**Usuário 1** - proponho ao administrador do grupo, que use de seu poder discricionário de aplicar a pena devida da exclusão aos infratores por sua falta de tratamento com urbanidade e civilidade.  
 Afinal, há alguns meses, eu vi, circulando que o Administrador pode responder penalmente por situações conflituosas nos grupos, caso não tenha alertado ou exercido seu devido papel, se houver alguma queixa pelos maus tratos, agravos e agressões verbais por membros do grupo, uns aos outros. Isso imputa pena e em esfera judicial.  
 Pois, julgou o juiz que o Administrador bem como o empregador pode incluir e excluir as pessoas que não se adaptam às regras da boa convivência em grupo.  
 Creio que aqui tem muitos gestores. Imagina, é ou não passível de se aplicar o o Código de Conduta Disciplinar, pela postura e pelas agressões, se estivéssemos em ambiente de trabalho?  
 E, as boas maneiras só servem enquanto estamos no trabalho?  
 Administrador, seja mais presente. Fica a dica.

Embora a emoção (*pathos*) seja o principal elemento da tríade retórica presente em uma polêmica, o *ethos* dos participantes (“todos nós somos conhecedores do manual que conduza conduta do empregado”) e as normas de conduta social (“civilização de convívio social”), impõem-se levando o grupo a uma auto-regulamentação o que evita, de alguma forma, o clima de terra sem lei.

**Usuário 1** - Boa noite Usuário não tem nada a ver um grupo de amigos com punições iguais as de trabalho ou jurídicas na vdd trata se de um grupo de amigos e cada um tem suas próprias opiniões, porém concordo com vc e deveria ter um bom senso por parte de algumas pessoas do grupo sobre palavras de baixo calão e ofensas

a colegas do grupo vamos focar na empresa no postalis no postal saúde etc....menos em política A ou B.

Boa noite a todos.

**Usuário 2** - Corroboro do seu seu pensamento, já temos jurisprudência para casos semelhantes, porém no nosso caso ainda está prematuro para ajuizar uma petição envolvendo colegas de trabalho no grupo.

Lembramos que todos nós somos administradores.

Creio na preservação da paz, do amor e do respeito para com o próximo.

**Usuário 3** - Eu só trouxe à luz do ocorrido se fosse na empresa, uma vez que todos nós somos conhecedores do manual que conduza conduta do empregado.

E pontuei que a boa conduta não é só dentro da empresa.

Mas eu sei que não tem nada ver. Aqui é um grupo social.

O que espanta é que todos nós estamos contemplando agressões verbais, até palavras de baixo calão já foi proferida, aqui...e nada foi feito.

Por isso de eu expressar que se fosse na empresarial o Manual da Conduta. Aqui, aplica-se o quê para frear esta conduta sem civilização de convívio social?

Nas discussões de grupos de WhatsApp é bem comum o uso de imagens como elementos de apoio às teses defendidas e argumentações construídas e se tratando de polêmicas isto não é diferente como se vê nas figuras seguintes extraídas do mesmo grupo em análise.

Figura 3 O Bicho Pelego<sup>42</sup>



42 Grupo de WhatsApp.

A palavra pelego originalmente significa uma peça de montaria feita de lã de carneiro utilizada no estado do Rio Grande do Sul para dar mais conforto aos cavaleiros, porém, passou a designar, pejorativamente, o dirigente sindical apoiado pela empresa e qualquer empregado considerado traidor dos interesses dos trabalhadores.

A figura mostra um burro, como bicho pelego, sabemos que burro que sabemos ser um animal híbrido e estéril, nascido do cruzamento entre cavalos e jumentas, as depreciativamente indica uma pessoa ignorante, estúpida, enfim, sem inteligência nem vontade própria.

Portanto, a imagem é uma forma de xingar, sem palavrões, os colegas de trabalho que não concordam com a ideia de uma greve para se opor à privatização e é uma maneira de projetar um *ethos*, de maneira bem-humorada, de burro e de pelego ao mesmo tempo.

A figura também remete à uma retórica coercitiva descrita por Amossy como a “que se traduz em atos simbólicos (manifestações, greves, sit-in etc.)<sup>43</sup>”, sendo que tal retórica é por si só muito polêmica quando se trata de servidores públicos, uma vez que seus patrões são os governos, mas são remunerados pelos pagadores de impostos que são os que realmente sofrem com os impactos da paralisação.

Enfim, em paralelo com a erística que “busca de vitória a todo custo, e de meios que permitam chegar lá, sem qualquer consideração com a verdade<sup>44</sup>”, a polêmica também parece buscar a vitória de qualquer jeito, pois o que está em jogo não é propriamente o acordo e a razão, mas as emoções e as idiosincrasias.

## Considerações finais

Foi visto com Aristóteles que a retórica é um embate democrático sus-tendo na tríade *ethos*, *pathos* e *logos*, mas também entendemos com Reboul<sup>45</sup> que a argumentação só tem sentido para um auditório que aceitará teses não necessariamente verdadeiras, mas verossímeis e razoáveis e com Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>46</sup> compreendemos que a verdade absoluta não pode ser

43 Amossy, 2017, p. 206.

44 Ibid., p. 20.

45 Reboul, 2004.

46 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2006.

garantida, mas apenas sustentadas por raciocínios com padrões mínimos de racionalidade.

Amossy<sup>47</sup>, finalmente, propõe uma articulação dos conceitos propostos até a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca com uma análise mais discursiva que inclui a polêmica nos estudos retóricos, pois a livre expressão faz parte do ambiente democrático quer seja privado ou público.

Nesse contexto, o administrador público precisa projetar um *ethos* capaz de se transitar em uma arena pública na qual a polêmica é uma constante e a retórica seja por excelência o instrumento adequado para o pleno exercício da cidadania e da gestão, pois permite ao ser humano lidar com as controvérsias sem chegar às vias de fato.

Porém, no mundo das paixões, a busca da vitória a qualquer preço faz sentido para quem perdeu a razão e se desvincula da verdade, o que, é claro, irá gerar críticas e sanções da sociedade, mas não se pode deixar de reconhecer que frequentemente são as emoções que dominam os debates e impossibilitam comunicar-se com segurança relativa, garantida por normas mínimas de racionalidade.

Em face do exposto, este capítulo procurou analisar um caso polêmico real e atual em suas múltiplas arenas de discussão e diversas estratégias argumentativas, mostrando que se o tema é polêmico, então o *pathos* predomina dentre os elementos da tríade retórica e as pessoas se expressam mais com o coração do que com a cabeça.

---

47 Amossy, 2017; 2018.

## Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 2007.
- AMARAL, A C. **Cidadania e revolução na política de Aristóteles**. Coleção Teses LusoSofia Press. Covilhã: LusoSofia Press, 2008.
- AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, R. O *ethos* na interseção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**: São Paulo: Contexto, 2018 (p. 119-144).
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2013.
- BARROS NETO, J. P. de. **Administração pública no Brasil: uma breve história dos correios**. São Paulo: Annablume, 2004.
- BARROS NETO, J. P. de; SILVA, J. C. da. **Gestão pública orientada a resultados: central funcional e centro de serviços compartilhados**. Lisboa/Portugal: Chiado, 2014.
- BLUMEN, A.; CAGGIANO, A. T. H. S; ARAÚJO, M. R. de; SOUZA, P. V. C. S. de; SILVA, V. L. da. **Questões polêmicas da administração pública**. Coleção Fórum Contas Públicas. Volume 2. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 14/08/2019.
- BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. **Brasília**: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1992. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18429.htm)> Acesso em 22/08/2019.
- LIMA, M. A. de. **A retórica em Aristóteles: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia**. Natal: IFRN, 2011.
- BURGOS, P. A ciência do palavrão: os xingamentos mostram a evolução da linguagem e os podres das sociedades, de quebra, ajudam a desvendar nosso cérebro. **Superinteressante**. (Online). São Paulo: Editora Abril, 31 jan 2008. Disponível em <<https://super.abril.com.br/ciencia/a-ciencia-do-palavrao/>>; Acesso em 03/09/2019.
- CÂNDIDO, I. S. **A importância do ethos no discurso político de José Sarney**. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa (Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, 2015. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14367>>. Acesso em 28/08/2019.

DANTAS, C. **As razões do governo para privatizar os Correios**. O Antagonista. (Online). Disponível em <<https://www.ouantagonista.com/economia/as-razoes-do-governo-para-privatizar-os-correios/>>; Acesso em 01/09/2019.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2015.

FERREIRA, L. A. A dimensão da escrita na escola. In: FERREIRA, Luiz Antonio (org.). **Retórica, escrita e autoria na escola**. São Paulo: Bluncher, 2018. (p. 23-35).

LIVIANU, R. **Corrupção**: incluindo a nova lei anticorrupção. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MELO, D. Quem é Paulo Guedes, o posto Ipiranga de Jair Bolsonaro: Ultraliberal, coordenador do programa de Bolsonaro para a economia tem dito que o candidato representa a ordem e ele, o progresso. **HuffPost**. (Online). POLÍTICA 23/08/2018 17:50 – 03; Atualizado 23/08/2018 22:20-03. Disponível em <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/08/23/quem-e-paulo-guedes-o-posto-ipuranga-de-jair-bolsonaro\\_a\\_23508192/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/08/23/quem-e-paulo-guedes-o-posto-ipuranga-de-jair-bolsonaro_a_23508192/)>; Acesso em 31/08/2019.

NETTO, V. **Lava Jato**: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

PAIL, D. B. **A retórica da polidez e dos palavrões nas redes sociais**: uma abordagem por interfaces. Dissertação de Mestrado (Orientador: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação**. Lisboa: Instituto Piaget Divisão Editorial, 2006.

